Ao amanhecer, O País, o Diário de Notícias o Correio da Manhã, todos os jornais informavam da situação alarmante; a manchete do Correio da Manhã era enorme: "Esquadra Revoltada", e os subtítulos completavam: "Várias granadas caem no centro da cidade", "Governo toma providências para dominar o movimento", "Já há mortos e feridos". Os comentários da imprensa eram desencontrados; típico o de Fanfulla, jornal italiano que se publicava em S. Paulo: "É bem doloroso para um país forte e altivo ter de sujeitar-se às imposições de 700 ou 800 negros e mulatos que, senhores dos canhões, ameaçam a capital da República". O noticiário da imprensa foi amplamente preenchido pelo andamento do problema gerado com a revolta dos marinheiros; grandes reportagens foram feitas, inclusive a bordo das belonaves revoltadas; os leitores acompanhavam as providências do governo e o andamento urgente do projeto de anistia no Congresso.

A capital parecia tranquila quando, na noite de 9 para 10 de dezembro de 1910, novo movimento militar alarma a cidade: na ilha das Cobras, marinheiros e fuzileiros rebelavam-se. Agora, entretanto, as condições eram outras: a ilha foi bombardeada e o governo decretou estado de sítio: ia ajustar, de uma só vez, as contas das duas revoltas. Nas solitárias ilhas das Cobras e a bordo do navio Satélite, a maioria dos cabeças ou indigitados responsáveis pelas sublevações foi exterminada, às ordens do comandante Marques da Rocha, na ilha, e do tenente Francisco de Melo, naquele navio, em pleno mar. A imprensa nada publicou a esse respeito. Estava preocupada com os julgamentos. Gilberto Amado, em sua crônica em O País, a 27 de novembro de 1910, escrevera de João Cândido, o comandante da esquadra rebelada, que fora "um homem que violentou a História". J. Carlos, em charge infeliz, na Careta de 10 de dezembro mostrava João Cândido advertindo marinheiros, no passadiço de sua belonave: "Eu tô vendo que nom guento ocês sem chibata".

A Folha do Norte, de Belém, a 4 de março de 1911, noticiava, secamente: "O Satélite trás 250 ladrões, 180 facínoras e desordeiros, 120 caftens, 250 marinheiros revoltosos e 44 meretrizes". Enquanto isso, os processos corriam, no foro militar: no primeiro semestre de 1911, o comandante Marques da Rocha, para quem o promotor João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque pedia 20 anos de prisão, pelo "crime que abalou a consciência jurídica do País, comoveu e indignou, até os seus mais íntimos recessos, a alma nacional, afrontou as tradições gloriosas da nossa altiva Marinha de Guerra e repercutiu no estrangeiro como um testemunho vergonhoso de barbaria" — foi absolvido do assassínio de 16 marinheiros ou fuzileiros nos calabouços da ilha das Cobras. João Cândido e outros marinheiros eram também julgados por participação no motim de dezembro de